



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

*Controladoria e Ouvidoria Geral
do Estado*

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA GESTÃO

CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

ANO - 2013



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
I – A INSTITUIÇÃO	3
1. Contextualização.....	3
2. Competências Institucionais	3
3. Estrutura Organizacional e Organograma	7
4. Recursos Humanos.....	10
5. Estratégias de Ação.....	11
II – RESULTADOS DA ATUAÇÃO	14
1. Gestão por Resultados	14
2. Ações Estratégicas	16
3. Auditoria Interna	16
4. Controle Interno Preventivo.....	16
5. Fomento ao Controle Social.....	19
6. Atividades de Apoio	22
7. Outros Destaques.....	28
III – CONCLUSÃO	28



APRESENTAÇÃO

O Relatório de Desempenho da Gestão apresenta informações sobre as ações e resultados da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE) durante o ano de 2013, tanto na perspectiva do que está posto em sua programação e execução orçamentária, quanto do seu planejamento estratégico.

O presente relatório está estruturado em três seções. A primeira apresenta a estrutura da CGE, com a contextualização da criação do órgão, suas competências institucionais, estrutura organizacional e correspondente organograma, recursos humanos, além das estratégias de ação. A segunda seção traz os resultados da atuação da CGE, subdivididos em gestão por resultados, áreas finalísticas (Ações Estratégicas, Auditoria Interna, Controle Interno Preventivo e Fomento ao Controle Social), atividades de apoio e outros destaques.

A terceira e última seção apresenta a conclusão e pontua propostas a serem implementadas para consolidação da atuação da CGE em exercícios futuros, contribuindo para o crescimento da participação da sociedade no planejamento, acompanhamento e controle das políticas e ações de governo, com o objetivo de fortalecer a gestão democrática e participativa no âmbito do Governo do Estado do Ceará.



I – A INSTITUIÇÃO

1. Contextualização

O controle interno é amplamente definido como um processo sob a responsabilidade da gestão de uma organização destinado a fornecer uma garantia razoável quanto à consecução dos objetivos organizacionais, em termos de eficácia e eficiência das operações, confiabilidade dos relatórios e cumprimento da legislação e regulamentação aplicável.

De outra parte, no esteio das mudanças por que passa a administração pública, os conceitos e as práticas relativas ao controle interno têm sido objeto de relevante atenção na definição do correspondente marco legal e institucional.

Nesse sentido, o Artigo 74, incisos I a IV, da Constituição Federal, e os Artigos 76 a 80 da Lei nº 4.320/1964 indicam que o controle interno corresponde à função de controle da administração pública exercida sobre o Poder Executivo pelos próprios órgãos de controle interno desse Poder.

Assim, o Estado do Ceará constituiu por meio da Lei nº 13.297/2003, seu órgão central de controle interno, a Secretaria da Controladoria (Secon), com a missão inicial de “zelar pela qualidade e regularidade na aplicação dos recursos públicos, contribuindo para o bem-estar da sociedade cearense”, por meio de atividades de auditoria, racionalização de recursos e acompanhamento da gestão dos limites fiscais.

A partir do modelo de gestão instituído pela Lei nº 13.875/2007, o órgão central de controle interno do Poder Executivo Estadual teve a sua competência ampliada, abrigando as ações dos sistemas governamentais de Ouvidoria e de Transparência, passando a ser denominado Secretaria da Controladoria e Ouvidoria Geral (Secon).

A propósito, registre-se que a Ouvidoria Geral do Estado do Ceará foi criada em 1997 com a proposta de ser o elo entre o cidadão e a administração pública estadual, por meio da Lei nº 12.686, e posteriormente transformada, em 2001, com a Lei nº 13.093, em Secretaria da Ouvidoria Geral e do Meio Ambiente (Soma), quando passou a acumular as funções e projetos voltados ao desenvolvimento e sustentabilidade ambiental.

Dessa forma, a missão da Secon foi redefinida para: “zelar pela qualidade e regularidade na aplicação dos recursos públicos, bem como promover a articulação entre a sociedade e as ações governamentais, contribuindo para o bem-estar da sociedade cearense”.



Além disso, a ampliação das competências institucionais e a nova política governamental para a área de auditoria, voltada para a concepção e implementação de novos modelos de auditorias preventivas com foco na mitigação de riscos, implicaram a necessidade de adequação da estratégia de atuação e do modelo organizacional à nova realidade da instituição.

Nesse sentido, com vistas à construção do novo modelo de atuação do órgão central de controle interno, foi elaborado um estudo estratégico organizacional, a partir de diagnóstico do histórico de atuação da Secon e da análise dos ambientes interno e externo, consolidando-se no processo de planejamento estratégico da instituição para o período de 2009 a 2014.

Como resultado, o estudo indicou a criação de novas atividades relacionadas ao Sistema de Ética e à orientação técnica e normativa aos gestores estaduais, mediante resposta a consultas formuladas acerca de questões afetas à administração pública.

Assim, foi editada a Lei nº 14.306, de 2 de março de 2009, que ampliou ainda mais as competências do órgão central de controle interno, ao tempo em que a Secon passou a integrar a estrutura administrativa da Governadoria, tendo a sua denominação sido alterada para Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE).

Do ponto de vista da reestruturação organizacional e visando fortalecer a atuação do órgão, a CGE teve redefinida sua missão, conforme o art. 2º do seu Regulamento, aprovado pelo Decreto nº 30.047, de 30 de dezembro de 2009:

Zelar pela qualidade e regularidade na administração dos recursos públicos e pela participação da sociedade na gestão das políticas públicas, contribuindo para o bem-estar da sociedade cearense.

Posteriormente, na seqüência das mudanças com vista a melhor configurar a atuação do órgão central de controle interno do Estado, a CGE buscou assentar suas bases num conjunto de propostas de ações prioritárias e inovadoras direcionadas à implantação do Controle Interno Preventivo, à aplicação de auditorias em processos, programas de governo e áreas especializadas, bem como à consolidação da gestão democrática participativa.

Nesse sentido, destaca-se o marco legal da Emenda Constitucional Estadual nº 75/2012 que estabeleceu as funções de ouvidoria, controladoria, auditoria governamental e correição como essenciais ao funcionamento das atividades de controle da Administração Pública Estadual, e a configuração do Controle



Interno da Administração Pública Estadual, dispondo sobre suas finalidades, organização e responsabilidades.

Além disso, a implantação do Controle Interno Preventivo, e o consequente redirecionamento da gestão do macroprocesso de transferência de recursos, teve seu marco legal na Lei Complementar nº 119/2012, que dispôs sobre regras para a transferência de recursos pelos órgãos e entidades do Poder Executivo estadual por meio de convênios e instrumentos congêneres.

Desta forma, em 2013, o modelo de funcionamento da CGE foi adequado às alterações legais acima referidas por meio da publicação da Lei nº 15.360, de 4 junho, que modificou dispositivos da Lei nº 13.875/2007 e, em 25 de junho, foi editado o Decreto nº 31.238/2013, que promoveu a alteração da estrutura organizacional, aprovou o novo regulamento e dispôs sobre a alocação e a denominação dos cargos de direção e assessoramento.

Nesse contexto de evolução e maturação do controle interno do Estado do Ceará, apresenta-se o presente relatório, que objetiva demonstrar as atividades realizadas pela CGE no ano de 2013, de modo a refletir os resultados da gestão na busca do cumprimento de sua missão institucional.

2. Competências Institucionais

De acordo com a Lei nº 13.875/2007, alterada pelas Leis nºs 14.306/2009 e 15.360/2013, e com o Decreto nº 31.238/2013, compete à CGE:

- I. zelar pela observância dos princípios da administração pública;
- II. exercer a coordenação geral e a orientação técnica e normativa das atividades inerentes aos sistemas de controle interno, ouvidoria, transparência e ética e acesso à informação;
- III. consolidar os controles internos, a partir do desenvolvimento de métodos e técnicas voltadas para a excelência operacional;
- IV. avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do estado;
- V. comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- VI. realizar o acompanhamento da execução da receita e da despesa e a fiscalização da execução física das ações governamentais;
- VII. criar condições para o exercício do controle social sobre os programas contemplados com recursos do orçamento do estado;



- VIII. exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e deveres do estado, na forma da lei;
- IX. apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, respeitadas as competências e as atribuições estabelecidas no regulamento da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE);
- X. assessorar o Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal (Cogerf), em assuntos relacionados à gestão fiscal, à gestão de gastos e ao cumprimento dos limites financeiros;
- XI. prestar orientação técnica e normativa aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual em matérias relacionadas ao controle interno;
- XII. produzir e disponibilizar informações gerenciais de controle aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual;
- XIII. realizar atividades de prevenção e neutralização das ações de inteligência adversa;
- XIV. desenvolver atividades de controle interno preventivo, voltadas para o gerenciamento de riscos e monitoramento de processos organizacionais críticos;
- XV. realizar atividades de auditoria nos sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial, emitindo relatórios de auditoria;
- XVI. emitir certificados de auditoria e pareceres para integrar os processos de prestações de contas anuais de gestão;
- XVII. realizar atividades de auditoria de processos com foco em riscos visando avaliar a integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos controles internos e do gerenciamento de riscos;
- XVIII. realizar atividades de auditorias especializadas, na forma do regulamento;
- XIX. realizar atividades de auditoria de apuração de denúncias apresentadas pelos cidadãos ou pela sociedade civil organizada;
- XX. cientificar à autoridade administrativa competente dos órgãos e entidades estaduais para que instaure tomada de contas especial, sempre que tiver conhecimento de qualquer das ocorrências referidas no caput do art.8º da Lei nº 12.509, de 6 de dezembro de 1995;
- XXI. acompanhar e fiscalizar a execução dos convênios e instrumentos congêneres de receita e de despesa celebrados pelos órgãos e entidades estaduais, exercendo inclusive o controle da consistência dos registros nos sistemas operacionais, na forma do regulamento;



XXII. disponibilizar instrumentos de ouvidoria, de transparência e de acesso à informação, visando assegurar a participação do cidadão e da sociedade civil organizada;

XXIII. elaborar, implantar e avaliar planos, programas e projetos de educação social;

XXIV. desenvolver ações necessárias ao funcionamento e aprimoramento do Sistema de Transparência e Ética do Poder Executivo Estadual;

XXV. apontar oportunidades de melhoria nas rotinas dos órgãos e entidades estaduais;

XXVI. celebrar parcerias e promover a articulação com órgãos e entidades estaduais, federais, municipais, internacionais e instituições privadas, visando o fortalecimento institucional;

XXVII. exercer outras atribuições necessárias ao cumprimento de suas finalidades, nos termos do regulamento.

3. Estrutura Organizacional e Organograma

Em conformidade ao art. 4º do Decreto nº 31.238/2013, a estrutura organizacional básica e setorial da CGE é a seguinte:

I - DIREÇÃO SUPERIOR

- Secretário de Estado Chefe da Controladoria e Ouvidoria Geral
- Secretário Adjunto da Controladoria e Ouvidor Geral

II - GERÊNCIA SUPERIOR

- Secretaria Executiva

III - ÓRGÃOS DE ACESSORAMENTO

1. Assessoria Jurídica
2. Assessoria de Desenvolvimento Institucional
3. Assessoria de Comunicação

IV - ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO PROGRAMÁTICA

4. Coordenadoria de Ações Estratégicas
 - 4.1. Célula de Inovação do Controle Interno
 - 4.2. Célula de Orientação Técnica e Normativa
 - 4.3. Célula de Informações Gerenciais de Controle
5. Coordenadoria de Controle Interno Preventivo
 - 5.1. Célula de Gerenciamento de Riscos
 - 5.2. Célula de Monitoramento dos Controles Internos



-
- 5.3. Célula de Acompanhamento da Gestão
 - 6. Coordenadoria de Fomento ao Controle Social
 - 6.1. Célula de Ouvidoria
 - 6.2. Célula de Transparência e Ética
 - 6.3. Célula de Acesso à Informação
 - 7. Coordenadoria de Auditoria Interna
 - 7.1. Célula de Auditoria Orçamentária, Financeira e Patrimonial
 - 7.2. Célula de Auditoria de Processos
 - 7.3. Célula de Auditorias Especializadas
 - 7.4. Célula de Auditoria de Apuração de Denúncias

V - ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO INSTRUMENTAL

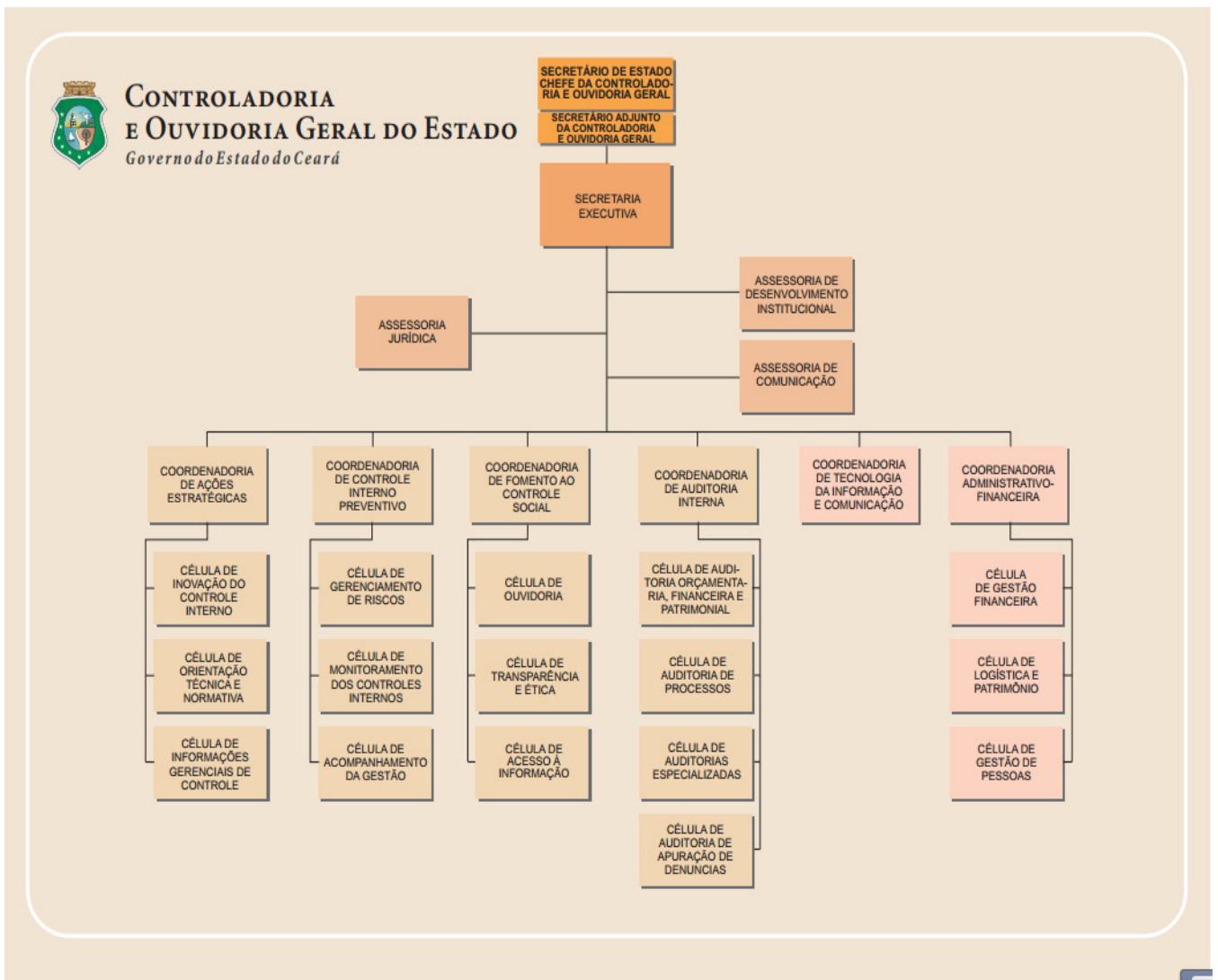
- 8. Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação
- 9. Coordenadoria Administrativo-Financeira
 - 9.1. Célula de Gestão Financeira
 - 9.2. Célula de Logística e Patrimônio
 - 9.3. Célula de Gestão de Pessoas

Além disso, o organograma da CGE pode ser visualizado a seguir:



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Controladoria e Ouvidoria Geral
do Estado





4. Recursos Humanos

A estrutura de recursos humanos que atua na CGE está distribuída e categorizada conforme Quadros 1 e 2:

Quadro 1 - Estrutura de Cargos e Quadro de Servidores
Posição em 31/12/2013

CARGOS EFETIVOS	AUTORIZADOS	OCUPADOS
Auditor de Controle Interno (*)	60	37
CARGOS COMISSIONADOS	AUTORIZADOS	OCUPADOS
Secretário de Estado Chefe da Controladoria e Ouvidoria Geral	01	01
Secretário Adjunto da Controladoria e Ouvidoria Geral	01	01
Secretário Executivo	01	01
Coordenador	09	08
Articulador	45	05
Orientador de Célula	16	15
Assessor Técnico	13	09
Assistente Técnico	01	01
TOTAL	147	78

Fonte: CGE/COAFI/CEPES

(*) Há quatro cargos de Auditor de Controle Interno ocupados sob suspensão de vínculo.

Quadro 2 - Estrutura de Terceirizados
Posição em 31/12/2013

TERCEIRIZADOS	QUANTIDADE
Ouvidoria	32
Informática	15
Suporte Administrativo	26
TOTAL	73

Fonte: CGE/COAFI/CEPES

5. Estratégias de Ação

5.1. Contexto

A ampliação das competências institucionais ocorrida em 2007, decorrentes da incorporação da função de ouvidoria e da nova política governamental para a área de auditoria, voltada para a concepção e implantação de novos modelos de auditorias preventivas, com foco na mitigação de riscos, ensejou a necessidade de realização de estudo no sentido de adequar a estratégia de atuação e o modelo organizacional à nova realidade da instituição.

Nesse sentido, no período de abril a julho de 2008, foi elaborado um estudo estratégico organizacional, a partir de diagnóstico do histórico de atuação da então Secon e da análise dos ambientes interno e externo, com vistas à construção do novo modelo de atuação do órgão central de controle interno, constituindo-se no início de um processo de planejamento estratégico.

A análise do ambiente externo apresentou tendências relativas a macrofatores de natureza institucional, tecnológica, sócio-político-cultural, clientes e fornecedores.

Já a análise do ambiente interno foi pautada na cadeia de valor da Secon, considerando os elos segregados em atividades de apoio (desenvolvimento institucional, capital humano, orçamento e finanças, assessoria jurídica, apoio logístico e administrativo, apoio de tecnologia da informação e gestão e organização) e atividades primárias (planejamento dos serviços, auditoria, controles internos, ouvidoria, articulação e comunicação e monitoramento), onde se destacaram pontos fortes e pontos fracos.

A análise ambiental das variáveis internas e externas não se limitou a fazer um balanço do que vinha acontecendo na Secretaria e evidenciou a necessidade de reorientação estratégica e do modelo de gestão, especialmente em virtude da importância da eliminação ou minimização dos pontos fracos e dos impactos das ameaças, bem como da premência de maximização das oportunidades com o apoio dos pontos fortes.

Assim, em consonância com o resultado da análise dos ambientes interno e externo da Secretaria e o futuro desejado de tornar os controles internos necessários à gestão governamental integrada e por resultados, foi definido o seguinte direcionamento estratégico para o órgão central de controle interno, de modo a propiciar um reposicionamento da instituição de um cenário de manutenção para um de crescimento estratégico: **consolidação dos controles internos, com excelência operacional e inovação dos serviços, para a melhoria da gestão institucional e dos resultados do Governo do Estado do Ceará.**



5.2. Objetivos e Metas

No contexto de redirecionamento estratégico acima referido, a política setorial da CGE, para os exercícios 2011 a 2014, foi estabelecida em seu **Planejamento Estratégico**, aprovado por meio da Portaria nº 113/2009, de 10 de setembro, e assenta suas bases num conjunto de **ações prioritárias e inovadoras**, direcionadas à implantação do Controle Interno Preventivo, à aplicação de auditorias em processos, programas de governo e áreas especializadas, bem como à consolidação da gestão democrática participativa.

Dentre essas ações inovadoras, cumpre destacar as atividades de **Controle Interno Preventivo**, que correspondem a uma moderna técnica de controle, voltada para a racionalização e o monitoramento de processos organizacionais, contribuindo para otimizar os níveis de eficiência e eficácia das ações governamentais.

A implantação do Controle Interno Preventivo, a ocorrer durante o ano de 2014, proporcionará maior segurança administrativa na tomada de decisão pelos gestores estaduais, na medida em que deverá reduzir a ocorrência de desvios que possam comprometer a eficiência no uso de recursos, a eficácia na disponibilização de bens e serviços e a conformidade legal dos atos administrativos, além de possibilitar a identificação e a disseminação de boas práticas de gestão.

As ações de **auditorias em processos, programas de governo e áreas especializadas**, por sua vez, consistem em atividades de auditoria focadas na avaliação dos controles internos e na análise de processos específicos, programas de governo e áreas especializadas (obras e tecnologia da informação e comunicação), agregando valor às abordagens tradicionais de auditoria interna.

Essas atividades de auditoria têm foco na gestão de riscos e visam contribuir para a consolidação do Controle Interno Preventivo, na medida em que poderão aferir a eficácia dos controles implantados, propondo ações necessárias ao seu aprimoramento.

Em relação à **gestão democrática participativa**, destaque-se que se constitui na participação da sociedade no planejamento, acompanhamento e controle das políticas e ações de governo.

A adoção desse modelo de gestão contribui para o fortalecimento das práticas de governança democrática e transparente além de permitir alcançar níveis satisfatórios de legitimidade e qualidade na oferta de bens e serviços, assegurando o atendimento das demandas sociais.



Assim, para implementação das ações prioritárias acima referidas, foram estruturados projetos a serem executados no período de 2011 a 2014, conforme a seguir relacionados:

- Capacitação em mapeamento e modelagem de processos organizacionais;
- Seleção pública interna e capacitação de servidores para atuar nas atividades do Controle Interno Preventivo;
- Aquisição e customização da nova ferramenta tecnológica de gestão de contratos e convênios, inclusive contemplando módulo de monitoramento dos riscos inerentes ao processo;
- Aquisição e customização de sistema de informações gerenciais (SIG);
- Reestruturação da carreira de Auditor de Controle Interno;
- Realização de concurso público para Auditores de Controle Interno especializados nas áreas de obras e de tecnologia da informação e comunicação;
- Capacitação dos Auditores de Controle Interno em auditorias com foco em processos e gestão de riscos;
- Regulamentação do Sistema da Rede de Ouvidoria Estadual;
- Implementação do novo Sistema informatizado de Ouvidoria (SOU);
- Implantação de instrumentos de Educação Social;
- Ampliação do atendimento em ouvidoria com a utilização das redes sociais;
- Atendimento telefônico de ouvidoria em tempo integral.



II – RESULTADOS DA ATUAÇÃO

Os resultados da atuação da CGE são analisados sob a perspectiva do modelo de Gestão Pública por Resultados (GPR), sob a ótica das atividades realizadas em cada uma das áreas finalísticas e de apoio e em observância aos aspectos de natureza orçamentária, financeira e patrimonial.

1. Gestão por Resultados

De acordo com o modelo de GPR, registra-se que dos seis indicadores de resultado setorial relacionados no Quadro 3, os três primeiros fazem parte do Painel de Controle, sendo apresentada a seguir a análise do seu desempenho em 2013.

Quadro 3 – Indicadores de Resultados Setoriais

INDICADORES DE RESULTADOS SETORIAIS	2009	2010	2011	2012	2013
Recomendações Reincidentes de Auditoria (%) ⁽¹⁾	-	49,00	58,00	-	-
Percentual de Dias no Ano de Inscrição do Estado no CAUC (%) ⁽²⁾	-	88,00	89,61	83,48	97,54
Manifestações Procedentes de Ouvidoria Respostadas no Prazo (%)	-	-	94,96	92,27	89,15
Satisfação do Usuário com as Ferramentas de Transparência (%) ⁽³⁾	-	65,00	60,00	60,00	28,00
Satisfação do Usuário com as Ferramentas de Ouvidoria (%)	-	-	73,00	85,89	83,00
Atendimento das Recomendações da Ouvidoria (%) ⁽⁴⁾	-	-	-	52,94	95,00

(1) No exercício de 2013 não foi realizada atividade de monitoramento e acompanhamento do Plano de Ação para Sanar Fragilidades (PASF), em função do reduzido quadro de auditores. Além disso, essa atividade será adaptada com a implantação do Controle Interno Preventivo.

(2) O aumento significativo do resultado do indicador decorre notadamente de uma única entidade da administração indireta que permaneceu um período de 172 dias úteis com pendência quanto à apresentação de prestação de contas de recursos federais.

(3) A redução do percentual do resultado desse indicador está associada à ausência de disponibilização de consulta individualizada aos salários dos servidores estaduais. Sobre o assunto, registre-se que se encontra em elaboração proposta de decreto regulamentando o formato de divulgação dessa informação. Após conclusão dessa análise, e publicação do normativo, as informações serão disponibilizadas no Portal da Transparência.

(4) Percentual referente ao atendimento de recomendações constantes no Relatório Semestral de Ouvidoria do 2º semestre de 2012.

Com efeito, o indicador “Recomendações Reincidentes de Auditoria” expressa em que medida as ações implementadas pelos órgãos e entidades para sanar fragilidades detectadas na realização de atividades de auditoria foram eficazes, sendo seu desempenho aferido pelo nível de redução.

Identificada uma fragilidade em atividades de auditoria, a setorial é demandada a apresentar uma proposta de ação saneadora no âmbito do Plano de Ação para Sanar Fragilidades (PASF), que é submetida à validação da CGE.

A ação proposta, quando validada, é aplicada pela setorial e será objeto de acompanhamento e monitoramento, sendo considerada eficaz quando a impropriedade detectada anteriormente deixar de ser recorrente em novas atividades realizadas.

Nesse contexto, no exercício de 2013, referido indicador teve sua aferição prejudicada pela não realização de atividade de aplicação do PASF, em função de reduzido quadro de auditores. Nada obstante, torna-se oportuno salientar que a atividade de aplicação do PASF será adaptada com a implantação do Controle Interno Preventivo, durante o ano de 2014.

Relativamente ao indicador “Percentual de dias no Ano de Inscrição do Estado no CAUC”, o qual também faz parte do Painel de Controle da GPR, registre-se que expressa a quantidade de dias em que o Estado do Ceará permanece inscrito no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC), em relação à quantidade de dias úteis do ano.

O CAUC, mantido pela Secretaria do Tesouro Nacional, apresenta os registros de informações que estiverem disponíveis nos cadastros de adimplência ou sistemas de informações financeiras, contábeis e fiscais, geridos pelo Governo Federal, relativamente aos estados e municípios brasileiros.

Referido indicador observou acréscimo, saindo de 83,48 para 97,54% entre 2012 e 2013. Esse aumento significativo decorre notadamente de uma única entidade da administração indireta que permaneceu um período de 172 dias úteis com pendência quanto à apresentação de prestação de contas de recursos federais. Em que pese esse resultado, a CGE vem empreendendo esforço de forma a contribuir para a melhoria do indicador.

O indicador “Manifestações Procedentes de Ouvidoria Respondidas no Prazo”, que representa a quantidade de respostas, positivas ou negativas, que a ouvidoria encaminha ao cidadão-usuário, relativamente às manifestações procedentes registradas no Sistema informatizado de Ouvidoria (SOU), dentro do prazo definido legalmente, apresentou percentual de 89,15% em 2013, índice um pouco menor que o registrado em 2012 e em 2011.

Registre-se o entendimento de que, apesar de esse resultado demonstrar certa tendência de redução do índice, resta caracterizada atuação

tempestiva da CGE para atendimento às demandas de ouvidoria, as quais têm se situado em torno de 90% dentro do prazo legal.

Relativamente aos três outros indicadores de resultado setorial da CGE, os quais não fazem parte do Painel de Controle da GPR, ressalte-se que:

- o indicador “Satisfação do Usuário com as Ferramentas de Transparência”, que representa o nível de satisfação do cidadão-usuário com o Portal da Transparência disponibilizado para fomentar o controle social, apresentou resultado de 28% em 2013, inferior ao registrado em 2012. Esse decréscimo está associado à ausência de disponibilização de consulta individualizada aos salários dos servidores estaduais. Sobre o assunto, registre-se que se encontra em elaboração proposta de decreto regulamentando o formato de divulgação dessa informação. Após conclusão dessa análise, e publicação do normativo, as informações serão disponibilizadas no Portal da Transparência.
- o indicador “Satisfação do Usuário com as Ferramentas de Ouvidoria”, que representa o nível de satisfação do cidadão-usuário com as ferramentas de ouvidoria disponibilizadas para fomentar sua participação na elaboração e condução das políticas públicas, apresentou resultado de 83%;
- o indicador “Atendimento das Recomendações da Ouvidoria”, que representa o nível de atendimento (eficácia) das recomendações de ouvidoria por parte dos órgãos e entidades estaduais, registrou acréscimo representativo, alcançando nível de 95% em 2013, em relação às recomendações emitidas no 2º semestre de 2012.

2. Ações Estratégicas

A área de ações estratégicas (Caest) da CGE desenvolveu atividades que se referem à elaboração de orientações técnicas e à coordenação do Fórum Permanente de Controle Interno e do Encontro Estadual de Controle Interno.

2.1. Orientações Técnicas

Em 2013, foram elaboradas 28 orientações técnicas aos gestores dos órgãos e entidades do Poder Executivo em resposta a consultas realizadas à CGE, abordando casos concretos e matérias afetas à área de controle interno, relativos à gestão de contratos, convênios, patrimônio, retenção de tributos, reconhecimento de dívida e pagamento de pessoal.

2.2. Fórum Permanente de Controle Interno

Objetivando discutir temas relevantes e em consonância com a estratégia de orientação aos gestores dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual,



foram realizadas em 2013 três edições do Fórum Permanente de Controle Interno, as quais abordaram os seguintes assuntos:

- Regulamentação da Nova Legislação de Convênios e Congêneres;
- Implantação do novo processo de transferência de recursos por meio de convênios, instrumentos congêneres e contratos de gestão;
- Planejamento Participativo da CGE para 2014.

2.3. Encontro Estadual de Controle Interno

Para o aperfeiçoamento e modernização dos controles na administração pública, o Governo do Estado, por meio da CGE, realizou o VII Encontro Estadual de Controle Interno. O evento teve como tema "Sistemas de Informações, Auditoria Contínua e Controle Interno". Durante o Encontro, foram ministradas as seguintes palestras:

- Novas Ferramentas de Combate à Corrupção – Carlos Higino Ribeiro de Alencar, Secretário Executivo da Controladoria Geral da União (CGU);
- A Auditoria Contínua – conceitos e práticas – Giovanni Pacelli Carvalho Lustosa da Costa, Coordenador-Geral de Técnicas, Procedimentos e Qualidade, da Controladoria Geral da União (CGU).

Desta forma, está indicada no Quadro 4 uma síntese das atividades da Caest em 2013.

Quadro 4 – Síntese das atividades da Caest

ATIVIDADES	REALIZAÇÕES EM 2013
Orientações Técnicas	28
Fórum Permanente de Controle Interno	03
Encontro Estadual de Controle Interno	01

Fonte: CGE/Caest

Além disso, a Caest também atuou em atividades de suporte para desenvolvimento e implantação do novo sistema de contratos, convênios e congêneres, para elaboração de diagnóstico sobre o processo de despesas de pessoal, ambas no âmbito do Controle Interno Preventivo.

3. Auditoria Interna

Inicialmente registre-se que as atividades de auditoria realizadas pela Coordenadoria de Auditoria Interna (Caint), nos órgãos e entidades estaduais, estiveram categorizadas nas modalidades de regularidade, preventiva, de desempenho e especiais.



Nessas modalidades, programou-se para o exercício de 2013 a realização de 141 atividades de auditoria, sendo 90 relativas a contas de gestão, 45 à instrução de processos de Tomada de Contas Especial, quatro especiais e duas de desempenho.

Ao final do exercício, computaram-se 183 atividades concluídas, sendo 89 de contas de gestão, 89 de instrução de processos de Tomada de Contas Especial e cinco especiais, ressaltando que as duas atividades de desempenho tiveram suas atividades de campo concluídas ainda em 2013.

Dessa forma, em que pese a não finalização das duas atividades de auditoria de desempenho, que devem se concluir no primeiro trimestre de 2014, a Coordenadoria de Auditoria Interna superou a meta para 2013 em aproximadamente 30%.

Quanto às auditorias preventivas, especificamente relativas ao Plano de Ação para Sanar Fragilidades (PASF), conforme mencionado na seção 1. Gestão por Resultados, registre-se que embora não tenha sido possível a realização dessas atividades em 2013, em função do reduzido quadro de Auditores de Controle Interno, sendo que essa atividade será adaptada e retomada com a implantação do Controle Interno Preventivo, durante o ano de 2014.

Diante do exposto, segue indicada no Quadro 5 uma síntese das atividades da Caint em 2013.

Quadro 5 – Síntese das atividades da Caint

ATIVIDADES	REALIZAÇÕES EM 2013
Auditoria de Contas de Gestão	89
Auditoria Especial	5
Auditoria de Desempenho (*)	-
Instrução de Tomada de Conta Especial	89
TOTAL	183

Fonte: CGE/Caint

(*) Duas atividades não inteiramente concluídas em 2013

4. Controle Interno Preventivo

As atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Controle Interno Preventivo (Coinp) foram estruturadas em vertentes que albergam ações relacionadas ao próprio Controle Interno Preventivo e ao acompanhamento das contas de governo.

Durante o exercício de 2013, dentre as atividades voltadas para o Controle Interno Preventivo, a Coinp participou da etapa de detalhamento dos



requisitos e especificação dos casos de uso para o desenvolvimento da ferramenta tecnológica que dará suporte ao Controle Interno Preventivo.

Além disso, tomou parte no processo de criação dos cargos, bem como na fase de seleção e capacitação dos Articuladores do Controle Interno Preventivo. De outra parte, participou do processo de capacitação de servidores e parceiros no processo e na ferramenta tecnológica, relativamente ao módulo de cadastro.

Importante mencionar, ainda, a participação da Coinp na elaboração do instrumento normativo que regulamenta as etapas de I a IV do Art. 3º da Lei Complementar nº 119/2012, a qual dispõe sobre regras para a transferência de recursos financeiros por meio de convênios e instrumentos congêneres, cujo Decreto regulamentador, de nº 31.406, de 29 de janeiro, foi publicado em 2014.

Para as atividades voltadas para contas de governo, foram elaborados o Relatório de Controle Interno sobre as Contas Anuais de Governo, os Relatórios de Acompanhamento da Gestão Fiscal, bem como foi realizado o monitoramento das ações do PASF, a partir das recomendações emitidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE) no âmbito da análise das Contas Anuais de Governo.

Registre-se, ainda, que a sob coordenação do Grupo Técnico de Gestão de Contas (GTC), a Coinp analisou 392 processos submetidos a sua apreciação.

Diante do exposto, está indicada no Quadro 6 uma síntese das atividades da Coinp em 2013.

Quadro 6 – Síntese das atividades da Coinp

ATIVIDADES	REALIZAÇÕES EM 2013
Elaboração de Proposta de Decreto regulamentando a Lei nº 119/2012	01
Relatório do Controle Interno sobre as Contas Anuais de Governo	01
Relatórios de Acompanhamento dos Indicadores da Gestão Fiscal	03
Processos submetidos ao GTC analisados pela Coinp	392

Fonte: CGE/Coinp

5. Fomento ao Controle Social

As atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Fomento ao Controle Social (Cfocs) foram estruturadas em vertentes que albergam ações



relacionadas aos Sistemas de Transparência e Ética, de Ouvidoria e de Acesso à Informação.

Relativamente à Transparência e Ética, foi publicado o Decreto nº 31.198/2013, que instituiu o Código de Ética e Conduta da Administração Pública Estadual.

Relevante mencionar a obtenção, pelo Estado do Ceará, da maior nota no Ranking de Transparência dos Estados, na avaliação do Instituto Ethos, concernente às obras da Copa do Mundo de 2014, considerando, dentre outras variáveis, as informações apresentadas no Portal da Transparência.

Registre-se, ainda, o incremento de 37% nos acessos ao Portal da Transparência em relação a 2012, considerando o período de janeiro a outubro de cada ano.

A área de Ouvidoria manteve como orientação principal o fortalecimento dos canais de participação do cidadão viabilizando o acesso aos serviços públicos estaduais, por meio da Central de Atendimento Telefônico – 155, da Internet, dos terminais de auto-atendimento e das ouvidorias setoriais, com suporte técnico do Sistema informatizado de Ouvidoria (SOU), fomentando e fortalecendo assim o controle social e a gestão participativa.

Por meio desses canais de atendimento ao cidadão, foi registrado no SOU, até dezembro de 2013, um total de 52.933 manifestações, as quais foram analisadas e reconhecidas como procedentes e classificadas nas seguintes modalidades: crítica, denúncia, elogio, reclamação, sugestão, solicitação de serviço e solicitação de informação, relacionadas ao Poder Executivo Estadual.

Com a publicação do Decreto nº 30.474/2011, que instituiu o SOU como único canal de entrada das manifestações, foi priorizado o desenvolvimento de um sistema visando aperfeiçoar o registro e o monitoramento das manifestações, estabelecendo o prazo de até quinze dias para responder ao cidadão. Assim, em 2013, foram respondidas no prazo 47.159 manifestações reconhecidas como procedentes, alcançando um nível de 89,15% de respostas tempestivas enviadas ao cidadão.

Além disso, a pesquisa de satisfação do usuário com o Sistema de Ouvidoria alcançou o nível de 83% de satisfação no exercício de 2013.

De outra parte, em abril foi publicada a Portaria nº 038/2013, que divulgou os resultados da primeira avaliação de desempenho das ouvidorias setoriais do Poder Executivo Estadual, tendo obtido as melhores avaliações as ouvidorias da Arce, da Sesa e da Polícia Civil.



Nada obstante, em julho foi editada a Portaria nº 70/2013, que promoveu a revisão dos critérios e procedimentos para a avaliação de desempenho das Ouvidorias Setoriais do Poder Executivo Estadual.

Importante destacar os canais de atendimento disponibilizados nas Redes Sociais da internet para os cidadãos que necessitam fazer contato com a Ouvidoria: @OuvidoriaCeara, no *Twitter*, e Ouvidoria Geral do Governo do Estado do Ceará, no *Facebook*.

Outro resultado importante se refere à disponibilização do Sistema informatizado de Ouvidoria (SOU) a sete entidades públicas, sendo: Governo do Estado do Tocantins, cinco Prefeituras do Estado do Ceará e a Câmara Municipal de Fortaleza.

O aperfeiçoamento profissional dos ouvidores também foi priorizado, tendo sido a Rede de Ouvidorias contemplada com o curso "Formação Básica em Ouvidoria", como forma de melhor qualificar esses profissionais para condução de suas atividades. Foram capacitados 204 colaboradores, sendo 190 da rede de ouvidoria SUS e 14 ouvidores setoriais.

No âmbito do Sistema de Acesso à Informação, foi implantado o Projeto de Educação Social, realizado em parceria com a Secretaria da Educação, tendo sido ministradas 170 palestras "Caminhos da Cidadania" para 10.481 alunos do ensino médio, abordando temas como: cidadania; controle social; ética; acesso à informação; combate à corrupção; Portal da Transparência; Ouvidoria; conselhos de políticas públicas; conferências; processo eleitoral; além de informar quais são os órgãos de controle e onde e como se pode ter acesso a informações e exercer o controle da gestão pública.

O projeto tem como finalidade contribuir para a melhoria do exercício da cidadania, conscientizando a população para a prática do controle social das ações do Governo do Estado do Ceará.

Com uma média de 60 alunos por palestra, o projeto, inicialmente lançado em escolas públicas estaduais da região metropolitana de Fortaleza, contou também com apresentações realizadas para alunos e professores do Mestrado de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e com palestras no município de Canindé, como parte do início de interiorização do projeto.

De outra forma, em abril foi publicado o Decreto nº 31.199/2013, que dispõe sobre a organização e funcionamento dos Comitês Setoriais de Acesso à Informação e dos Serviços de Informações ao Cidadão do Poder Executivo do Estado do Ceará, ambos instituídos pela Lei Estadual nº 15.175, de 28 de junho de 2012.



Outro item a destacar foi a disponibilização da nova versão do Sistema informatizado de Ouvidoria (SOU), com a implementação do módulo do Sistema de Informação do Cidadão. No módulo, é possível registrar, atender, tramitar e controlar as solicitações de informações, permitindo gestão mais eficaz.

Além disso, a CGE ofertou, em parceria com a EGP, 08 turmas do curso "Sistema de Ouvidoria – módulo Sistema de Informações ao Cidadão", no qual foram capacitados 129 colaboradores.

Desta forma, está indicada no Quadro 7 uma síntese das atividades da Cfocs em 2013.

Quadro 7 – Síntese das atividades da Cfocs

ATIVIDADES	REALIZAÇÕES EM 2013
Manifestações Procedentes Registradas no SOU	52.899
Manifestações Respondidas no Prazo (%)	89,15%
Índice de Atendimento às Recomendações de Ouvidoria	95,00%
Índice de Satisfação do Usuário da Ouvidoria	83,00%

Fonte: SOU e CGE/Cfocs

6. Atividades de Apoio

Os resultados da atuação associados às atividades de apoio da CGE são inicialmente apresentados nesta seção pela indicação de síntese das informações de natureza orçamentária e financeira, inclusive relativamente à utilização de recursos originados de financiamentos em moeda estrangeira e de celebração de convênios, termos de ajuste ou instrumentos congêneres.

Em seguida são apresentados os relatos referentes à gestão de pessoas e processos, da comunicação social e outros destaques.

6.1. Síntese da Execução Orçamentária e Financeira

A síntese das informações sobre os resultados da execução orçamentária e financeira é exposta de acordo com os Quadros 8 a 11.



Quadro 8 - Acompanhamento da Execução Orçamentária
Orçamento Autorizado, por Fonte

FONTE	ORÇAMENTO INICIAL (R\$)	CRÉDITOS ADICIONAIS AUTORIZADOS EM 2012 (R\$)	ORÇAMENTO FINAL (R\$)	ACRÉSCIMO (%)
Tesouro	9.811.760,00	122.302,74	9.934.062,74	1,25
Outras Fontes	0,00	0,00	0,00	-
TOTAL	9.811.760,00	122.302,74	9.934.062,74	1,25

Fonte: SIOF

Quadro 9 - Acompanhamento da Execução Orçamentária
Despesas Empenhadas, por Elemento e Natureza da Despesa

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	LEI (R\$)	LEI + CRÉDITOS (R\$)	EMPENHADO (R\$)
319008	Outros Benefícios Assistenciais	6.886,00	0,00	0,00
319011	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	4.790.000,00	4.790.000,00	4.353.606,23
319013	Obrigações Patronais	80.000,00	80.000,00	65.462,07
319092	Despesas de Exercícios Anteriores	10.000,00	10.000,00	2.689,80
339008	Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00	0,00
339014	Diárias – Civil	24.000,00	32.595,79	27.989,18
339018	Auxílio Financeiro a Estudantes	50.000,00	50.000,00	43.532,50
339030	Material de Consumo	84.126,00	129.994,11	101.405,23
339033	Passagens e Despesas com Locomoção	11.000,00	47.400,39	29.473,23
339035	Serviços de Consultoria	1.000,00	1.000,00	0,00
339036	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	72.000,00	107.415,54	102.033,13
339037	Locação de Mão-de-Obra	3.194.000,00	3.133.676,72	2.582.356,71
339039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.423.248,00	1.308.317,02	615.675,18
339046	Auxílio-Alimentação	33.000,00	32.576,14	30.276,43
339049	Auxílio-Transporte	2.500,00	2.171,20	1.311,80
339092	Despesas de Exercícios Anteriores	4.000,00	54.109,25	51.349,25
339093	Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00
449052	Equipamentos e Material Permanente	26.000,00	154.806,58	73.056,97
TOTAL GERAL		9.811.760,00	9.934.062,74	8.080.217,71

Fonte: SIOF



Quadro 10 - Acompanhamento da Execução Orçamentária
Despesa Empenhada, por Fonte e Grupo de Despesa

GRUPO DE DESPESA	TESOURO			OUTRAS FONTES			TOTAL			
	LEI	LEI + CRED.	EMP.	LEI	LEI + CRED.	EMP.	LEI	LEI + CRED.	EMP.	%
DESPESAS CORRENTES	9.785.760,00	9.779.256,16	8.007.160,74	0,00	0,00	0,00	9.785.760,00	9.779.256,16	8.007.160,74	81,88
Pessoal e Encargos Sociais	4.886.886,00	4.880.000,00	4.421.758,10	0,00	0,00	0,00	4.886.886,00	4.880.000,00	4.421.758,10	90,61
Outras Despesas Correntes	4.898.874,00	4.899.256,16	3.585.402,64	0,00	0,00	0,00	4.898.874,00	4.899.256,16	3.585.402,64	73,18
DESPESAS DE CAPITAL	26.000,00	154.806,58	73.056,97	0,00	0,00	0,00	26.000,00	154.806,58	73.056,97	47,19
Investimentos	26.000,00	154.806,58	73.056,97	0,00	0,00	0,00	26.000,00	154.806,58	73.056,97	47,19
TOTAL GERAL	9.811.760,00	9.934.062,74	8.080.217,71	0,00	0,00	0,00	9.811.760,00	9.934.062,74	8.080.217,71	81,34

Fonte: SIOF

Quadro 11 - Acompanhamento da Execução Orçamentária
Despesas Empenhadas, por Programa

CÓD.	DESCRIÇÃO	LEI	LEI + CRÉDITOS	EMPENHADO	(%) EMP.
063	Controle Interno Preventivo e Auditoria Governamental	519.840,00	519.840,00	70.915,48	13,64
064	Participação e Controle Social	1.497.408,00	1.402.365,29	1.041.371,69	74,26
500	Gestão e Manutenção da CGE	7.794.512,00	8.011.857,45	6.967.930,54	86,97
TOTAL GERAL		9.811.760,00	9.934.062,74	8.080.217,71	81,34

Fonte: SIOF

6.2. Demonstrativos do Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos

No exercício de 2013, a CGE não recebeu recursos originados de financiamentos com organismos externos.

6.3. Demonstrativo das Transferências de Recursos mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou outros Instrumentos Congêneres

De outra parte, a CGE não transferiu nem recebeu recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres.

6.4. Gestão de Pessoas e Processos

Registre-se inicialmente a concretização do Programa de Gestão Compartilhada de Pessoas, que foi idealizado a partir do momento em que a CGE implantou seu Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ).

O Programa tem por objetivo capacitar os servidores da CGE, preparando-os para o novo modelo de funcionamento organizacional, desenvolvendo a integração dos participantes na leitura sistêmica dos processos organizacionais, bem como propiciando ao grupo o necessário bem-estar no ambiente funcional, em consonância com a gestão da qualidade. O Programa propõe, dentre outras ações, um projeto de qualidade de vida, um ciclo de palestras motivacionais e a realização de eventos alusivos ao calendário comemorativo institucional.

Destaquem-se também os projetos relativos à capacitação dos servidores da CGE, que tiveram como base o levantamento dos requisitos de qualificação de suas unidades orgânicas, buscando qualificar os integrantes das equipes de acordo com as necessidades do cargo e da ausência de qualificação para tal.

Assim, ao longo de 2013 foram ofertadas 1.115 horas de capacitação para 68 servidores e colaboradores, compreendendo cursos de extensão, congressos e seminários, cabendo destacar:

- Gestão Pública Contemporânea;
- ISO/IEC 31010:2009 – Avaliação de Riscos;
- Auditoria de Desempenho;
- 5º Fórum Nacional de Gestão por Processos no Setor Público;
- 34º Congresso Brasileiro de Auditoria Interna (CONBRAI).

Além disso, foi dada continuidade ao projeto de financiamento parcial de cursos de pós-graduação, tendo sido sete cursos de mestrado e um de doutorado, voltados para as necessidades da instituição.

Como parte de iniciativas para valorização dos servidores, deu-se continuidade aos eventos comemorativos institucionais. O Dia Estadual do



Ouvidor, comemorado em 16 de março, foi marcado por uma solenidade realizada no dia 12 de abril, oportunidade em que também foram comemorados os 10 anos de criação do Órgão Central de Controle Interno.

Na ocasião, foram entregues Medalhas de Reconhecimento pela Contribuição ao Sistema de Controle Interno e pelo Incentivo ao Fortalecimento das Ouvidorias. Nesse último caso, após a realização de avaliação de desempenho das ouvidorias setoriais, foram escolhidas como destaque as ouvidorias da Agência Reguladora de Serviços Delegados – Arce, da Secretaria da Saúde – Sesa e da Polícia Militar.

Já o Dia Estadual do Auditor de Controle Interno, celebrado no dia 20 de novembro, reuniu servidores e colaboradores da CGE em solenidade realizada no final de novembro, durante a programação do VII Encontro Estadual de Controle Interno, permitindo homenagear os profissionais que ocupam o cargo de Auditor de Controle Interno e que contribuem diretamente para o alcance dos objetivos institucionais da CGE, como zelar pela qualidade e regularidade na administração dos recursos públicos, e, em consequência, pelo bem-estar da sociedade cearense.

Na ocasião, foi outorgada a um Auditor de Controle Interno medalha de reconhecimento pela sua contribuição ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual.

Durante o ano de 2013, foram homenageadas outras categorias profissionais que integram o quadro de colaboradores das CGE, sendo os teleatendentes (04 de julho), os motoristas (25 de julho) e as secretárias (30 de setembro).

Objetivando propiciar o desenvolvimento dos colaboradores e funcionários, com a renovação continuada dos conhecimentos, das habilidades e das atitudes, a CGE contratou profissionais especializados para ministrar palestras abordando temas como “Inteligência Emocional”, “Marketing Institucional e Pessoal”, “Gestão do Tempo e Efetividade” e “Excelência na Gestão como Ferramenta para Alavancar Resultados. Essas palestras são ações integrantes do Programa de Gestão Compartilhada de Pessoas, no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ).

Visando dar mais qualidade de vida aos servidores e colaboradores da CGE, foram ampliadas as atividades de ginástica laboral e massoterapia, tendo sido realizadas 54 sessões em 2013. A ação, integrante do Programa de Gestão Compartilhada de Pessoas, tem como objetivo melhorar a saúde ocupacional, inclusive quanto a manter a postura física correta no ambiente de trabalho.



Durante o ano de 2013, servidores e colaboradores da CGE puderam participar de 20 sessões de ginástica laboral e 34 de massoterapia, distribuídas igualmente entre a sede e a Central de Atendimento Telefônico em Canindé.

Diante do exposto, está indicada no Quadro 12 uma síntese das atividades da gestão de pessoas e processos em 2013.

Quadro 12 – Síntese das atividades de Gestão de Pessoas e Processos

ATIVIDADES	REALIZAÇÕES EM 2013
Quantidade de cursos ofertados(*) aos servidores	37
Quantidade de servidores que participaram de cursos, seminários e congressos	68
Quantidade de seminários e congressos ofertados aos servidores	11
Quantidade de servidores que participaram de cursos de pós-graduação	08
Quantidade de eventos em homenagem aos profissionais da CGE	05
Quantidade de ações do Programa de Gestão Compartilhada de Pessoas	61

Fonte: CGE e TCE

(*) EGP: 23; Órgãos Públicos: 09; Empresas Privadas: 05.

6.5. Gestão da Comunicação Social

As atividades desenvolvidas pela Assessoria de Comunicação (Ascom) têm como principal objetivo promover a divulgação interna e externa das ações realizadas pela CGE, produzindo notícias sobre as atividades e os eventos dos quais seus servidores e dirigentes participam. A Ascom realiza a atualização do *site* do órgão, elaborando textos jornalísticos e registros fotográficos para serem veiculados também nas redes sociais da CGE (*twitter* e *facebook*).

Boletins Informativos

Com objetivo de manter os públicos interno e externo da CGE informados sobre assuntos referentes às atividades desenvolvidas pelo órgão, a Ascom produz, quinzenalmente, o CGE Notícias. O informativo da CGE é um boletim em formato eletrônico, disponível no *site* e enviado por e-mail aos assinantes.

O CGE Notícias teve 25 edições disponibilizadas em 2013, e procurou sempre contemplar atividades realizadas em todas as áreas do órgão para veiculação no informativo.



Em parceria com a Célula de Gestão de Pessoas, a Ascom produz também o Bem-estar CGE. O informativo tem como proposta apresentar notícias sobre saúde, qualidade de vida e bem-estar. Com 14 edições em 2013, o Bem-estar CGE também é disponibilizado por *e-mail* aos que confirmaram assinatura por meio do site do órgão.

A Ascom produz ainda outro boletim eletrônico, o Comitê Informa, que tem como objetivo divulgar internamente as principais deliberações oriundas das reuniões do Comitê Executivo. Em 2013, foram produzidas 35 edições do Comitê Informa, que foram disponibilizadas na *Intranet* aos servidores e colaboradores da CGE.

Quadro 13 – Síntese das atividades da Ascom

ATIVIDADES	REALIZAÇÕES EM 2013
Boletim Eletrônico – CGE Notícias	25
Boletim Eletrônico – Bem-estar CGE	14
Boletim Eletrônico – Comitê Informa	35

Fonte: CGE/Ascom

7. Outros Destaques

A CGE promoveu em janeiro seminário sobre controle interno e social. O evento teve como objetivo fazer com que os municípios cearenses conhecessem as atividades desenvolvidas pela CGE, no âmbito dos controles interno e social, e debatessem formas de parceria para utilização dos sistemas do Portal da Transparência e da Ouvidoria.

Participaram do seminário, representantes dos municípios de Juazeiro do Norte, Iguatu, Acopiara, Quixadá, Maranguape, Sobral, Tauá, Quixeramobim, Caucaia, Maracanaú, Aquiraz, Fortaleza, Canindé, São Gonçalo do Amarante e Crateús, que atuam nas áreas de controles interno e social. Também estiveram presentes representantes do Instituto de Desenvolvimento das Cidades (Ideci).

Relativamente ao Controle Interno Preventivo, foram desenvolvidas ações no sentido de disseminar junto aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, parceiros públicos e privados os conhecimentos acerca do novo macroprocesso de transferência de recursos por meio de convênios e instrumentos congêneres.

Nesse sentido, a CGE promoveu um ciclo de palestras que abrangeu todos os órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado, totalizando 17 encontros para um público de 658 participantes. Além disso, realizou programa de



capacitação para atores que irão atuar no novo processo de convênios e instrumentos congêneres, relativamente ao módulo de cadastro da ferramenta tecnológica que dará suporte ao referido macroprocesso. O programa teve carga-horária de 8 horas-aula e foi executado para 10 turmas, tendo sido capacitados 137 participantes.

Por outro lado, registre-se que em março de 2013 a CGE completou 10 anos de criação, tendo sido o primeiro órgão de controle interno do Estado do Ceará, sendo sua missão zelar pela qualidade e regularidade na aplicação dos recursos públicos, bem como promover a articulação entre a sociedade e as ações governamentais, contribuindo para o bem-estar da sociedade cearense.

Dentre os avanços e conquistas obtidos pela CGE nos últimos anos, destacam-se: implementação do modelo de Controle Interno Preventivo; obtenção da certificação ISO NBR 9001:2008; a incorporação da Ouvidoria à Secretaria da Controladoria e sua regulamentação legal; a criação da Central de Atendimento Telefônico da Ouvidoria em Canindé; e a reestruturação da carreira de Auditor de Controle Interno.

A propósito da carreira de Auditoria, a CGE realizou concurso público para o preenchimento de 18 vagas de Auditor de Controle Interno, sendo as oportunidades distribuídas nas seguintes áreas: Auditoria Governamental de Processos com Foco em Riscos - 08 (oito) vagas; Auditoria em Obras Públicas - 06 (seis) vagas; e Auditoria em Tecnologia da Informação - 04 (quatro) vagas.

Por fim, relevante registrar que em relação ao novo financiamento celebrado pelo Governo do Estado com o Banco Mundial – o Programa por Resultado (P4R), a CGE está responsável pelo gerenciamento de cinco Projetos de Assistência Técnica voltados ao fortalecimento da gestão do setor público, sendo: o Sistema de Informação de Dados Gerenciais – SIG; a capacitação para detecção de casos de fraude e corrupção; a auditoria técnica dos indicadores; o apoio à adoção às normas internacionais de contabilidade do setor público; e o projeto que financia a campanha de divulgação pública de dados no âmbito da educação social. Os recursos envolvem a ordem de US\$ 2,1 milhões.

III – CONCLUSÃO

A gestão da CGE está vinculada ao Eixo de Governo “Gestão Ética, Eficiente e Participativa” e tem por missão “zelar pela qualidade e regularidade na administração dos recursos públicos e pela participação da sociedade na gestão das políticas públicas, contribuindo para o bem-estar da sociedade cearense”.

Desta forma, a CGE vem buscando implantar novas formas de atuação, introduzindo um novo modelo de gestão voltado para o Controle Interno Preventivo. Com a implantação do referido modelo, espera-se que o exercício da função de controle interno contribua para melhoria do processo de decisão dos órgãos e entidades e para a elevação dos níveis de eficiência e de eficácia da gestão governamental. Assim, evitar-se-á que os erros e os problemas na administração pública sejam identificados apenas *a posteriori*, permitindo que gestores sejam orientados durante a realização dos processos.

O fortalecimento da participação da sociedade no planejamento, acompanhamento e controle das políticas e ações de governo contribui para a melhoria da gestão democrática e participativa. Com o objetivo de debater e propor ações em conjunto com a população, a gestão participativa fortalece a interação entre sociedade e governo, além de promover, incentivar e divulgar o debate e o desenvolvimento de novas ideias e conceitos sobre a participação social no acompanhamento e controle da gestão pública.

Além disso, a CGE se propõe a continuar abrindo espaços para implementação em exercícios futuros de propostas a ações que consolidem sua atuação, tais como as a seguir indicadas:

- Consolidar o processo de implantação do Controle Interno Preventivo na realização da despesa pública, mudando o caráter meramente punitivo da fiscalização, para o de orientação pedagógica durante o processo de execução da rotina e fiscalização tempestiva por ocasião da realização de convênios, contratos ou congêneres;
- Consolidar o processo de implantação do Sistema Estadual de Acesso à Informação;
- Concluir o desenvolvimento e implantação do novo sistema de contratos, convênios e congêneres;
- Conceber e implementar programas de auditorias especializadas em processos, obras e tecnologia da informação e comunicação;
- Consolidar o Projeto de Educação Social;

-
- Revisar o processo de planejamento estratégico.

Diante de todo o exposto, entende-se que na medida em que a CGE alcança resultados que vão ao encontro das diretrizes acima referidas, conforme apresentado ao longo deste relatório, e implementa novas propostas e ações, como as acima mencionadas, contribuirá cada vez mais para o alcance de sua missão.